26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO ESTADO DO PARÁ

PUBLIC LIBRARY POLICIES*: CHALLENGES IN THE STATE OF PARÁ*

Marinilde Chaves Barbosa – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Hamilton Vieira de Oliveira – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Gilberto Gomes Cândido – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fabiana Aparecida Chagas Siqueira – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa discute os desafios enfrentados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Pará na implementação de políticas públicas e iniciativas de fortalecimento da democratização do acesso à leitura e à informação no Pará. O estudo parte da lacuna relacionada à insuficiente consolidação de políticas de Estado permanentes e estruturantes para as bibliotecas públicas, condição que contribui para a descontinuidade das ações e para a vulnerabilidade dessas instituições diante das mudanças de gestão. O objetivo geral consistiu em analisar os desafios enfrentados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Pará na implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das Bibliotecas Públicas e à democratização do acesso à informação e à leitura. Como objetivos específicos buscou identificar as políticas públicas federal e estadual relacionadas às bibliotecas públicas no Pará e traçar um panorama acerca da implementação desses equipamentos socioculturais no Estado. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, utilizou embasamento bibliográfico e análise documental, amparada em relatórios institucionais de 2023 a 2026 e registros administrativos. Os resultados indicam distribuição de acervos regionais, reabertura de unidades com articulação interfederativa, contudo, persistem assimetrias territoriais, com 30,56% dos municípios desprovidos de bibliotecas operantes, com dotação orçamentária própria insuficiente e escassez profissional, comprometendo a mediação da informação e a justiça informacional no Pará. Considerações finais: A pesquisa evidencia que desigualdades territoriais, institucionais e financeiras limitam o acesso à informação, destacando o papel estratégico do Sistema Estadual de Bibliotecas e a necessidade de políticas de Estado permanentes para o fortalecimento das bibliotecas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas; bibliotecas públicas; Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Pará; Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; mediação da informação.

Abstract: This research discusses the challenges faced by the State Public Library System of Pará in implementing public policies and initiatives to strengthen the democratization of access to reading and information in the state. The study addresses the gap regarding the lack of consolidated, permanent, and structural state policies for public libraries—a situation that contributes to the discontinuity of initiatives and renders these institutions vulnerable to changes in administration. The general objective was to analyze the challenges faced by the State Public Library System of Pará in implementing public policies aimed at strengthening public libraries and democratizing access to information and reading. Specific objectives included identifying federal and state public policies related to public libraries in Pará and providing an overview of the implementation of these sociocultural facilities across the state. This applied research employed a qualitative approach, utilizing a bibliographic foundation and document analysis based on institutional reports (covering the 2023–2026 period) and administrative records. Results indicate the distribution of regional collections and the reopening of units through intergovernmental cooperation; however, territorial disparities persist, with 30.56% of municipalities lacking operational libraries. Insufficient dedicated budget allocations and a shortage of professionals further compromise information mediation and informational justice in Pará. Final considerations: The research highlights how territorial, institutional, and financial inequalities limit access to information, underscoring the strategic role of the State Library System and the need for permanent state policies to strengthen public libraries.
Keywords: public policies; public libraries; State Public Library System of Pará; National Public Library System; information mediation.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas configuram-se como equipamentos socioculturais fundamentais para a democratização da informação e do conhecimento, atuando como espaços de mediação informacional, formação cidadã e inclusão social. Nessa perspectiva, as políticas públicas são indispensáveis para garantir e ampliar o acesso da população aos bens informacionais e promover condições mais equitativas de participação social (Milanesi, 1983).

No Brasil, apesar da existência de programas setoriais, a consolidação de bibliotecas públicas enfrenta barreiras estruturais de descontinuidade administrativa, de insuficiência de investimentos e de ausência de políticas de Estado que assegurem a manutenção dessas instituições de forma permanente, o que resulta na vulnerabilidade das bibliotecas, em função das prioridades governamentais vigentes (Calabre, 2007; Machado, 2010; Paiva; Andrade, 2014; Souza, 2020).

No contexto amazônico, dificuldades econômicas, sociais e territoriais impactam no funcionamento das bibliotecas públicas. No Estado do Pará destacamos os entraves de deslocamento e as desigualdades regionais. Nesse cenário, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Pará (SEBP/PA) atua no fortalecimento da democratização do acesso às bibliotecas

públicas, contudo, o sistema enfrenta desafios relacionados à infraestrutura das bibliotecas, à limitação de investimentos públicos, à carência de recursos humanos especializados e à ausência de marcos regulatórios que assegurem a continuidade das políticas e das próprias bibliotecas públicas.

Nesse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: quais os desafios enfrentados pelo SEBP/PA na implementação de políticas públicas e iniciativas de fortalecimento da democratização do acesso à leitura e à informação por meio das bibliotecas públicas.

Para responder esta questão, buscou-se alcançar o objetivo geral de analisar os desafios enfrentados pelo SEBP/PA na implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das bibliotecas públicas e à democratização do acesso à informação e à leitura. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as políticas públicas nacional e estadual voltadas às bibliotecas públicas, além de traçar um panorama acerca da implantação desses equipamentos socioculturais no Estado do Pará.

Espera-se que esta pesquisa contribua para reflexões acerca da necessidade de fortalecimento das políticas públicas para bibliotecas públicas por meio de legislação específica no âmbito federal, estadual e municipal, comprovando a importância dessas instituições para a promoção do acesso à informação, da inclusão social e do desenvolvimento cultural no contexto amazônico paraense.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

No cenário brasileiro, a consolidação das bibliotecas públicas depende de ações do Estado. Nesse contexto, as políticas públicas são instrumentos fundamentais para assegurar a implantação, manutenção e a modernização desses espaços como ambientes de acesso à informação e à leitura (Lück; Machado; Siqueira, 2010).

Segundo Oliveira e Rocha (2020), as políticas públicas correspondem a ações e decisões do Estado voltadas ao atendimento das necessidades coletivas e à promoção do bem-estar social. Sua relevância relaciona-se com recursos públicos em áreas essenciais, como educação, cultura, saúde e acesso à informação.

No Brasil, as políticas públicas voltadas às bibliotecas públicas são compreendidas como ações governamentais destinadas à garantia do acesso à informação, à cultura e ao conhecimento (Souza, 2020). Nesse sentido, à existência de marcos legais torna-se essencial para assegurar a manutenção, o fortalecimento e a modernização desses espaços.

A trajetória dessas políticas está atrelada a marcos institucionais, entre os quais se destacam a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937; do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em 1992; da Política Nacional do Livro (PNL), em 2003; do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), em 2011; e da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei n. 13.696 de 2018. Em conjunto, esses marcos consolidam estratégias voltadas à promoção da leitura, do livro e das bibliotecas públicas (Cunha, 2018).

A base conceitual das políticas para o setor apoia-se no Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (IFLA/UNESCO) sobre Bibliotecas Públicas (2022), que legitima essas instituições como essenciais, amparadas por legislação específica que assegure o funcionamento.

Com base nessa perspectiva, apresentam-se as principais políticas e programas voltados ao livro, à leitura e às bibliotecas, no período de 2023 ao primeiro semestre de 2026, a partir da recriação do Ministério da Cultura:

Quadro 1 – Políticas, programas e instrumentos normativos federais do livro, leitura e bibliotecas públicas

Base Legal/Institucional	Síntese e Contribuição Para as Bibliotecas Públicas
Decreto 11.453 de 23 de março de 2023	Regulamenta mecanismos de fomento e financiamento à cultura, contemplando ações de leitura, literatura e bibliotecas.
Decreto nº 11.740 de 18 de outubro de 2023	Regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc, estabelecendo mecanismos de financiamento de espaços, equipamentos e ações culturais.
Decreto nº 12.021, de 16 de maio de 2024	Amplia o PNLD, incluindo bibliotecas públicas e comunitárias no recebimento de livros literários.
Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024	Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE).
Instrução Normativa MinC nº 27, de 29 de outubro de 2025	Estabelece procedimentos para cadastro e certificação de bibliotecas no SNBP, por meio da Plataforma BiblioBR.
Instrução Normativa MinC nº 28, de outubro de 2025	Regulamenta a inclusão das bibliotecas públicas e comunitárias do SNBP no PNLD.
Portaria Interministerial MINC/MEC nº 12, de 23 de abril de 2026	Aprova o PNLL 2026-2036 e suas metas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026), com base nos documentos institucionais citados no *site* do SNBP

O Quadro 1 evidencia avanços recentes na institucionalização das políticas federais para o livro, a leitura e as bibliotecas públicas, especialmente quanto ao financiamento da cultura, à ampliação do acesso a acervos e ao fortalecimento do SNBP. Entretanto, a existência desses instrumentos normativos não assegura, por si só, sua efetivação. No contexto paraense, sua implementação depende da articulação entre os diferentes níveis de governo e das condições institucionais, financeiras e profissionais dos municípios, aspecto que reforça a relevância da atuação do SEBP/PA na mediação e articulação dessas políticas.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS PARA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nesse contexto de desigualdades informacionais, torna-se fundamental à implementação de políticas públicas que assegurem a reabertura e o funcionamento das bibliotecas públicas no Estado do Pará. Nessa perspectiva, observa-se como o SEBP/PA exerce função estratégica de mediação da informação ao promover o diálogo com gestores municipais e fomentar ações voltadas à valorização de acesso e incentivo à leitura.

Na perspectiva de Almeida Júnior (2015), a mediação da informação constitui um processo de interferência que busca favorecer a apropriação da informação e responder às necessidades informacionais dos sujeitos. Sob essa perspectiva, a atuação do SEBP/PA pode ser compreendida como uma prática de mediação, uma vez que suas ações de assessoramento e visitas técnicas estabelecem interlocuções destinadas ao fortalecimento das bibliotecas públicas e à ampliação das condições de acesso à informação.

As bibliotecas públicas democratizam o acesso à informação, sendo mais do que locais destinados a livros, têm função de exercer a mediação da informação entre o conhecimento e a realidade dos sujeitos. Nesse sentido, as bibliotecas públicas passam a ser consideradas uma rede onde circula a informação. Logo, a mediação da informação emerge como o elemento central que define a função desses espaços na contemporaneidade (Machado; Elias Júnior; Achilles, 2014).

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, o bibliotecário é o agente político e social ativo atuando para consolidar a mediação da informação voltada para democratização do conhecimento. Visualiza-se a partir da governança realizada pelo SEBP, atuando como um núcleo de mobilização social ao alinhar fluxos informacionais e práticas culturais às demandas municipais, evidenciando o compromisso ético do profissional com a inclusão, a cidadania e a justiça social (Almeida Júnior, 2015; Perrotti; Pieruccini, 2014).

Desta maneira, Milanesi (1983) defende que a biblioteca pública como um ambiente de reflexão, diálogo e problematização social. Para além da disponibilização de acervos, a biblioteca assume a função de promover a construção do conhecimento, estimulando a cultura, a formação cidadã e a emancipação dos sujeitos.

Neste contexto, Almeida Junior (2015) frisa que a vulnerabilidade informacional em bibliotecas públicas refere-se às dificuldades enfrentadas pelos sujeitos no acesso, na compreensão e na apropriação da informação. Essa condição manifesta-se de forma mais intensa entre os não usuários, em municípios com bibliotecas inativas.

Sob essa ótica, a biblioteca pública, enquanto espaço de mediação da informação, consolida-se como um ambiente dinâmico de produção de sentidos, formação cidadã e transformação social. Conforme o Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas (2022), essas instituições constituem portas de acesso ao conhecimento, à cultura e à aprendizagem, sendo essenciais no desenvolvimento social.

Dessa forma, a biblioteca sendo um espaço de mediação da informação promove a justiça informacional ao defender o acesso e a apropriação da informação para todos. Nesse sentido, Mathiesen (2015) argumenta que a justiça informacional, no contexto das bibliotecas, fundamenta-se na garantia da informação com igualdade, na promoção da participação da comunidade em representar de forma justa a diversidade social e cultural nos acervos e serviços. Fortalecendo o papel da biblioteca de promover a inclusão informacional.

Nessa perspectiva, o SEBP/PA assume uma função social estratégica, atuando como mediador da informação e agente de transformação social, comprometido com a democratização do acesso e a redução das desigualdades informacionais.

3.1 DESAFIOS DO SEBP PARÁ

Instituído pelo Decreto n. 5.766/1988 e reformulado pelo Decreto n. 1.436/2004 (PARÁ, 2004), o SEBP/PA integra atualmente a estrutura da Diretoria de Leitura e Informação da Fundação Cultural do Pará (FCP). Sob a ótica de Souza (2020), o sistema exerce um papel estratégico como articulador das políticas setoriais em âmbito estadual, para estimular a democratização do acesso ao livro, à leitura e ao conhecimento. Atualmente 112 bibliotecas municipais integram a rede do SEBP, distribuídas em 100 municípios.

Por conseguinte, considerando a função estratégica do SEBP/PA, salienta-se o desafio territorial, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025)

o Estado do Pará possui uma área de 1.245.831,512km², configurando o segundo maior Estado do Brasil, e população estimada de 8.711.196 milhões de pessoas, o mesmo está dividido em 12 Regiões de integração, com um total de 144 municípios, o que evidencia a complexidade geográfica e administrativa paraense, revelando desigualdades que influenciam nas condições de acesso à informação e à leitura. Nesse contexto, a efetivação de políticas públicas requer estratégias de gestão sensíveis às particularidades regionais, às distâncias geográficas e aos desafios logísticos que marcam a realidade do Pará.

Logo, os sistemas concentram suas ações em assessoramento técnico, como distribuição de acervos e capacitação básica de pessoal, reduzindo sua atuação estratégica no planejamento e monitoramento das políticas culturais e informacionais (Machado, 2010).

Ressaltam-se ainda, como desafios a insuficiência de investimentos públicos, a precarização da infraestrutura, a carência de profissionais qualificados e a descontinuidade das políticas públicas voltadas ao setor. Além da baixa prioridade atribuída às unidades no planejamento governamental, o que compromete a implementação de ações permanentes e integradas (Machado, 2010; Souza, 2020).

Outro desafio refere-se à descontinuidade administrativa de políticas públicas voltadas para bibliotecas, salientado pela não consolidação de ações permanentes para o setor (Paiva; Andrade, 2014). Observa-se também, que novas gestões priorizam a criação de programas inéditos, acompanhados de novas nomenclaturas e estruturas (Machado, 2010).

Logo, a descontinuidade político-administrativa fragiliza o planejamento de longo prazo e provoca a perda da memória institucional, resultando na reprodução de problemas estruturais (Calabre, 2007; Machado, 2010). Reduzindo a capacidade dos SEBP de consolidar redes informacionais articuladas e promover ações de inclusão socioterritoriais.

Por fim, pontua-se como significativos entraves: a extensão territorial do Estado do Pará; a carência de profissionais concursados, principalmente de bibliotecários; a falta de acervos atualizados; a ausência de dotação orçamentária própria para o SEBP/PA; a logística para o acesso a comunidades ribeirinhas, quilombolas, rurais e indígenas; a ausência de investimento público municipal, pois compromete a consolidação de políticas públicas tornando muitas ações dependentes de parcerias institucionais.

Figura 1 – Acesso a Rodovia Transamazônica



Fonte: Relatório do SEBP/PA (2025)

A Figura 1 ilustra a realidade de dificuldade de acesso aos municípios do Pará, considerando sua extensão territorial, acesso por estrada e rios. As fotos correspondem à Rodovia Transamazônica (BR 230) na Região do Xingu (Pará), a foto à esquerda é a cidade de Altamira (813 km de Belém) e a da direita a cidade de Vitória do Xingu (805 km de Belém).

Assim, infere-se que um dos desafios do SEBP/PA é a manutenção e implantação de bibliotecas públicas em todos os municípios do Pará, assegurando seu funcionamento a partir de políticas públicas estaduais e municipais alinhadas às diretrizes do PNLE e o PNLL. No Brasil não existem leis específicas que garantam a biblioteca pública como serviço essencial.

No contexto sul-americano, a Colômbia destaca-se por possuir legislação específica para bibliotecas públicas. A Lei nº 1.379/2010 (Ley de Bibliotecas) reconhece essas instituições como equipamentos de utilidade pública e interesse social em razão de sua contribuição para a educação, ciência, tecnologia, pesquisa, cultura e desenvolvimento socioeconômico do país (COLÔMBIA, 2010). O que fortalece as bibliotecas públicas como componentes essenciais das políticas de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento.

Nessa perspectiva os resultados indicam a necessidade de discussão sobre a criação de legislação específica voltada às bibliotecas públicas brasileiras, recursos financeiros e valorização do equipamento informacional como essencial para a sociedade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já

elaborado, constituído por livros e artigos científicos, permitindo discussões teóricas sobre determinado objeto de estudo.

Nesse sentido, o estudo fundamentou-se em produções científicas da plataforma Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) relacionadas às políticas públicas para bibliotecas, democratização da informação, mediação da informação e atuação dos SEBP, com destaque para Almeida Júnior (2008, 2015), Machado (2010), Milanesi (1983), Perrotti e Pieruccini (2014), Rocha e Oliveira (2020) e Souza (2020). Para o levantamento da legislação nacional pertinente ao tema, utilizou-se o portal do SNBP.

Para a análise documental, foram selecionados os relatórios anuais de 2023 a 2025 e o relatório do primeiro semestre de 2026, produzidos pelo SEBP/PA, além de registros administrativos e documentos normativos. Os documentos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: a) disponibilidade de informações sobre implementação, funcionamento, monitoramento ou avaliação de bibliotecas públicas e b) abrangência estadual no período delimitado. Foram excluídos documentos duplicados, materiais sem relação com os objetivos.

A análise documental foi conduzida por meio da técnica de análise interpretativa de conteúdo, consiste na interpretação dos textos, relatórios e avaliação dos dados, para transformar o documento administrativo em evidência para a discussão científica.

Para observar os dados quanto ao quantitativo de bibliotecas fechadas no Estado do Pará, foram criadas categorias analíticas: i) políticas públicas para bibliotecas públicas, ii) democratização do acesso à informação, iii) mediação da informação, iv) vulnerabilidade e justiça informacional e v) desafios territoriais e logísticos do contexto do SEBP/PA. Essas categorias foram definidas a partir do referencial teórico da Ciência da Informação e dos objetivos da pesquisa, possibilitando a compreensão das relações entre os marcos regulatórios, as ações do SEBP/PA e os desafios para a implementação de políticas públicas voltadas às bibliotecas.

Também foram observados documentos normativos e marcos regulatórios relacionados às políticas públicas para bibliotecas no Brasil, entre os quais se destacam o PNLL, a PNLE, o Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas (2022) e documentos vinculados ao SNBP.

Como estratégia metodológica complementar, foram consultados os registros dos quatro Encontros Regionais com Gestores e Parlamentares, realizados pela FCP por meio do SEBP em parceria com o MinC/SNBP. Os Encontros foram sediados nas cidades de Redenção, Marabá, Altamira e Santarém, localizadas em regiões com maior déficit de bibliotecas públicas.

Ao longo da pesquisa foi identificada a predominância de literatura sobre políticas públicas, marcos regulatórios, mapeamento e diretrizes para políticas culturais no Brasil, mas poucos estudos sobre a atuação do SEBP/Pará e demais Sistemas Estaduais, acerca do papel que desempenham na mediação, articulação, implementação e coordenação de políticas públicas estaduais e federais para equipamentos informacionais regionais, sendo portanto um tema pouco explorado na literatura da Ciência da Informação.

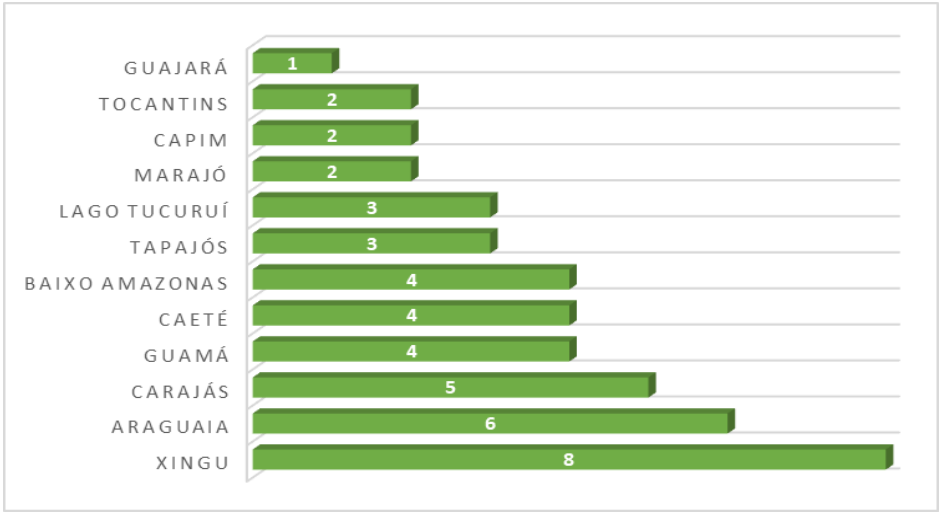
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos relatórios de gestão e registros do SEBP/PA entre 2023 e 2026 revela que as dificuldades enfrentadas pelo sistema ultrapassam a dimensão operacional, expondo fragilidades estruturais na implementação das políticas públicas de informação no Pará.

No tocante às ações de regionalização, destaca-se como avanço o Programa Leitura Por Todo o Pará, tendo como um dos seus desdobramentos o Edital de Cessão de Obras de Autores Paraenses. Esta iniciativa contemplou bibliotecas selecionadas com a distribuição de acervos de literatura regional, abrangendo bibliotecas públicas, escolares da rede pública, hospitalares e prisionais, totalizando a entrega de 220.000 exemplares.

Os dados estatísticos, contudo, evidenciam o déficit de universalização do acesso a bibliotecas públicas, dos 144 municípios que compõem o estado do Pará, 44 municípios não possuem nenhuma biblioteca pública ativa. Isso significa que 30,56% dos municípios paraenses estão desprovidos desse equipamento sociocultural essencial. Nesse sentido apresenta-se uma perspectiva quanto às regiões do Pará sem o equipamento informacional, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Municípios com bibliotecas públicas fechadas por Região de Integração do Pará



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos relatórios do SEBP/PA (2026)

A partir do Gráfico 1, depreende-se que o déficit concentra-se principalmente nas Regiões de Integração mais distantes da capital, como Araguaia (6), Carajás (5) e Xingu (8), que juntas representam 43,2% dos casos identificados, revelando que o fechamento ocorre de forma mais intensa em áreas marcadas por grandes distâncias geográficas e dificuldades de infraestrutura, caracterizados por rodovias deterioradas, sinalização deficiente e dificuldades de navegação fluvial, fatores que encarecem e dificultam as visitas técnicas de monitoramento do SEBP/PA, o que implica na justiça informacional no Pará.

Este cenário de desigualdade acentua as assimetrias regionais e forma o contexto de exclusão informacional. Almeida Júnior (2015) e Mathiesen (2015) fortalecem a ideia de que a inexistência de uma biblioteca evidencia a vulnerabilidade informacional que se encontra o município. Essa concentração de bibliotecas fechadas em regiões mais afastadas da capital reforça os obstáculos relacionados ao monitoramento das unidades, à escassez de investimentos, à carência de profissionais qualificados e à fragilidade das ações de manutenção.

A pesquisa, expõe a contradição existente entre os discursos de universalização do acesso à leitura presentes nos marcos regulatórios recentes, especialmente no Eixo 1 de Democratização do Acesso do PNLL 2026–2036 e a realidade de precarização institucional observada no contexto amazônico paraense, no qual se comprova o distanciamento entre as diretrizes normativas nacionais e as condições concretas de implementação das políticas públicas.

A partir do Gráfico 1 também identifica-se que na Região do Guajará o município de Ananindeua (28 km de Belém) está com a biblioteca municipal fechada, neste caso em decorrência de prioridades políticas e financeiras da gestão municipal atual.

Para enfrentar esses desafios, o SEBP/PA intensifica as articulações com as prefeituras no intuito de viabilizar a reabertura de espaços. Como estratégia central de articulação no ano de 2025, foram realizados quatro encontros com gestores e parlamentares nas cidades-polo das Regiões de Integração: Redenção (Araguaia); Marabá (Carajás); Altamira (Xingu) e Santarém (Baixo Amazonas). Os encontros buscaram conter o fechamento de bibliotecas, sensibilizar gestores municipais e fortalecer a cooperação, mediante orientações técnicas e divulgação de oportunidades de financiamento alinhadas ao SNBP e ao PNLL.

Como resultados, os quatro Encontros reuniram 240 participantes de 34 municípios, entre prefeitos, secretários de Cultura e Educação, representantes de associações municipais e

profissionais de bibliotecas públicas. Durante as ações, foram distribuídos 82.200 exemplares de Obras de Autores Paraenses.

Na perspectiva da Ciência da Informação, essas iniciativas demonstram que reativar uma biblioteca não constitui mero ato burocrático de engenharia administrativa, mas um movimento social e político voltado à restituição de direitos e ao exercício da cidadania, reduzindo vulnerabilidades e promovendo justiça informacional.

Como resultados desses encontros de articulação em 2025, registra-se a reabertura das bibliotecas públicas municipais de São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Viseu. Em maio de 2026 verificou-se a reabertura da biblioteca pública de Cumaru do Norte. Na modernização dos espaços das bibliotecas públicas de Redenção e Santa Bárbara do Pará, foram investidos recursos captados via Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que foi instituída pela Lei n. 14.399/2022 (BRASIL, 2022), e estabelece financiamento continuado e descentralizado da cultura, possibilitando investimentos em infraestrutura e equipamentos culturais.

Outro resultado que cabe destacar dos Encontros são as obras, em execução, para a reabertura das bibliotecas dos municípios de Vitória do Xingu, Medicilândia e Nova Ipixuna do Pará, com suas reinaugurações previstas para o segundo semestre de 2026. Apesar dos avanços, a rede de bibliotecas públicas do Pará permanece vulnerável à descontinuidade administrativa, principalmente em função da predominância de políticas de governo em detrimento de políticas de Estado (Machado, 2010; Paiva; Andrade, 2014). A ausência de uma dotação orçamentária própria para o SEBP/PA, associada à dependência dos recursos flutuantes do Plano Plurianual (PPA) e à negligência financeira dos municípios, fatores que evidenciam uma fragilidade estrutural que subordina os equipamentos culturais às alternâncias e conveniências de políticas locais.

Essa conjuntura corrobora a tese de Machado (2010) sobre a limitação estratégica dos sistemas estaduais, visto que o SEBP/PA concentra sua atuação na distribuição de livros e realização de oficinas, reduzindo sua capacidade de liderar o planejamento de políticas no estado. Sob a ótica de Almeida Júnior (2008; 2015), sem profissionais qualificados para exercer a complexa mediação social e política da informação, a biblioteca afasta-se de sua função emancipatória e torna-se um depósito de papéis, afastando-se de promover a justiça informacional necessária.

Os problemas estruturais identificados no Pará impedem que as bibliotecas manifestem o dinamismo emancipatório preconizado por Milanesi (1983) e os princípios universais

estabelecidos pelo Manifesto IFLA/UNESCO (2022). Os resultados evidenciam que os desafios do SEBP/PA refletem as históricas assimetrias na distribuição de recursos e políticas públicas, demandando transformações urgentes no modelo de financiamento e governança cultural nos níveis federal e estadual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os desafios enfrentados pelo SEBP/PA na implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de sua rede e à democratização do acesso à informação e à leitura. O estudo revelou que os entraves do sistema ultrapassam a complexidade logística da região amazônica e que a essa dificuldade específica se somam a fragilidade institucional e a ausência de um marco regulatório que lhes garanta a existência e preserve a continuidade.

Quanto ao panorama de implementação, os dados revelaram uma assimetria territorial na qual 44 dos 144 municípios paraenses, o equivalente a 30,56%, não dispõem de biblioteca pública, consolidando um contexto de exclusão sociocultural, vulnerabilidade informacional e fragilidade em termos de justiça informacional. Essa realidade assume maior complexidade nas regiões mais distantes da capital, onde as características geográficas e as dificuldades de deslocamento ampliam os desafios de acompanhamento e articulação do SEBP/PA.

A análise dos marcos normativos e das ações implementadas contribui para observarmos que a existência de políticas, programas e instrumentos normativos, não assegura, a continuidade e a efetividade das bibliotecas públicas. Os resultados reforçam, portanto, a necessidade de consolidação de políticas de Estado permanentes e estruturantes, capazes de superar as prioridades político-administrativas de cada gestão.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, o estudo contribui ao evidenciar que a democratização do acesso à informação não se restringe à disponibilidade de acervos ou à existência formal de bibliotecas, mas pressupõe condições institucionais, profissionais, financeiras e territoriais que possibilitem a mediação e a apropriação da informação. Nessa perspectiva, o SEBP/PA assume relevância tanto como estrutura administrativa, quanto como instância de articulação e mediação entre políticas públicas, gestores municipais e bibliotecas, contribuindo para ampliar as possibilidades de acesso à informação e reduzir desigualdades.

Em suma, a universalização da biblioteca pública no Pará, alinhada às diretrizes e metas do PNLL 2026–2036 e da PNLE, requer a transição urgente de políticas de governo para políticas

de Estado de longo prazo, caracterizando-se como uma resposta promissora a aprovação de planos estaduais e municipais do livro, leitura, literatura, bibliotecas e da oralidade, bem como a criação de marcos regulatórios permanentes nas esferas federal, estadual e municipal que alcance os aspectos orçamentários e financeiros.

Para investigações futuras, sugere-se analisar o déficit informacional em comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas, rurais e indígenas, e propor a criação de planos e marcos regulatórios nas esferas estadual e municipal. Uma outra perspectiva é o da identificação de atores institucionais e sociais com responsabilidades que concorram para o fortalecimento das bibliotecas públicas e lhes favoreçam o cumprimento de sua potencialidade em termos de desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In:* VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis, Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas** (SNBP). Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/acoes-programas-e-politicas/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Lei n° 14.399, de 8 de julho de 2022**. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm . Acesso em: 4 set. 2026.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/fcrb/451. Acesso em: 20 maio 2026.

COLÔMBIA. **Ley n° 1379, de 15 de janeiro de 2010**. Por la cual se organiza la Red Nacional de Bibliotecas Públicas y se dictan otras disposiciones. Bogotá: Presidencia de la República, 2010. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=38695. Acesso em: 4 jun. 2026.

CUNHA, M. B. A nova lei brasileira sobre o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas públicas. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 562-564, set./dez. 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/76827. Acesso em: 5 maio 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2025**. Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

IFLA.; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Haia: IFLA, 2022. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/2187. Acesso em: 11 jun. 2026.

LÜCK, E. H.; MACHADO, E. C.; SIQUEIRA, B. L. O papel do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas na construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, maio/ago, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1221/1133. Acesso em: 3 set. 2026.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no brasil. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/39296. Acesso em: 11 maio 2026.

MACHADO, E. C.; ELIAS JUNIOR, A. C.; ACHILLES, D. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/8bvbmCWcDDVZdpDFfnRzn5B/?lang=pt. Acesso em: 5 abr. 2026.

MATHIESEN, K. Informational Justice*. In*: FLORIDI, L. (ed.). **The Routledge Handbook of Philosophy of Information**. London: Routledge, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2937417. Acesso em: 3 jun. 2026.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIVA, M. A. M.; ANDRADE, M. E. A.; PAIVA, M. A. M. Biblioteca pública no brasil: políticas federais de 1990-2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 95-114, out./dez. 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/34416. Acesso em: 5 maio 2026.

PARÁ. **Decreto n° 1.436, de 13 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Pará, e dá outras providências. Belém: Governo do Estado, 2004. Disponível em: https://jurishand.com/decreto-estadual-do-para-1436-de-13-dezembro-2004. Acesso em: 4 set. 2026.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. **Infoeducação:** saberes e fazeres da contemporaneidade. São Paulo: Global, 2014. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001826107.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.

ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, D. A. Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 263-277, abr./jul. 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/143493. Acesso em: 5 maio 2026.

SOUZA, E. G. Políticas públicas e bibliotecas no brasil: conhecendo o sistema nacional de bibliotecas públicas - SNBP. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 357-376, out./dez.2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/152178. Acesso em: 8 maio 2026.